

## 4

### Mobilização das memórias

O que está sendo discutido neste trabalho é em larga medida o que teve de ser esquecido e o que teve que ser lembrado para a construção de comunidades políticas. Como se viu, essas construções com bases nacionais estão organizadas em torno do tempo e do espaço. As práticas de memória que diariamente atuam como uma mão invisível que orienta e homogeneiza grupos sociais tem como um de seus mecanismos a celebração e o esforço constante de reafirmar momentos históricos ou recontá-los. O ato de celebrar promove a lembrança de determinados eventos, mas ao mesmo tempo o esquecimento de outros. Ao final, o que resta é a crença da necessidade da existência de um Estado como protetor e organizador da vida comum.

As práticas de memória não estão colocadas apenas em momentos pontuais da política nacional. Em vez disso, as políticas de memória são difundidas através de práticas cotidianas cada vez mais midiáticas e por isso mesmo sutis, difusas e comumente associadas à *low politics* e em poucas vezes, ou, apenas em momentos de crise, contaram com uma decisão de implementar uma política fundamentalmente de exclusão mais direta e persuasiva.

Essas práticas foram empregadas através das mais diversas formas. Muitos dos exemplos apresentados neste capítulo apresentam movimentos de revisionismo histórico, da mudança de nomes de cidades, praças e ruas, da assimilação ou aniquilação de monumentos e símbolos que faziam parte da paisagem, da mudança do idioma oficial. Essas práticas tiveram um papel de extrema importância no que diz respeito aos conflitos nacionais ou étnicos na década de 90. Alimentaram e deram forma a uma espécie de nacionalismo que legitimou políticas nacionais voltadas para a violência e exterminação de diferenças.

Embora no presente capítulo sejam apresentadas práticas contundentes que atuaram no sentido de promover uma identidade baseada em memórias que despertassem sentimentos de vingança e revolta levando à morte de milhões de

peessoas na Ex-Iugoslávia e em Ruanda, há também o esforço de apresentar algumas práticas que atuaram de forma mais sutil, mas que igualmente despertaram sentimentos de revanchismo que também levaram a morte o mesmo número de pessoas. Embora diversos autores (Wilmer, 2002; Seifert, 1994) apontem para uma reinvenção de identidades que levaram os conflitos na região dos Bálcãs na década de 90, pouco se fala sobre como essas identidades tiveram essa reinvenção baseadas no passado e em um sentimento de herança que deveria ser defendido.

Assim, na primeira parte do presente capítulo serão trazidos exemplos que apontam para a manipulação de ideias e emoções que objetivavam a aniquilação da diferença de forma que um novo Estado surgisse com categorias mais homogêneas. Em um segundo momento será apresentado outros exemplos que mostram como as mesmas práticas de memória podem ser utilizadas com um objetivo totalmente oposto, o de trazer a reconciliação embora não de forma menos homogeneizadora.

Embora não se trate de um Estudo de Caso, faz-se necessária uma apresentação dos conflitos perpetrados na Ex-Iugoslávia e em Ruanda, ambos na década de 90, no sentido de contextualizar as ações baseadas em memória que mobilizadas, resultaram em ambos os conflitos. Pretende-se que assim seja possível uma melhor visualização destes conflitos.

#### **4.1.1** **Ex-Iugoslávia**

A ideia de “Iugoslávia” surgiu como resultado de um desejo dos sérvios e também de croatas de conquistarem a independência dos Impérios, Otomano e Austro-Húngaro entre 1870 e o início da I Guerra Mundial. Nesse momento, esses dois impérios que haviam dominado a vida política e econômica da região enfrentavam forte crise. A “primeira” Iugoslávia, como um estado moderno, foi criada durante a Primeira Guerra Mundial em 1918 quando esses dois impérios foram desintegrados (Wilmer, 2002 p. 37-9).

Após vários arranjos, conflitos e acordos entre sérvios e croatas, que tem início desde os Impérios Otomano e Austro-húngaro, e eventos fascistas durante a

Segunda Guerra Mundial, em 1943 uma resolução foi votada apoiando a reconstrução da Iugoslávia em 1945 (Wilmer, 2002 p. 38).

Durante a Segunda Guerra Mundial a Ex-Iugoslávia foi ocupada pelo exército nazista que impôs o fascismo na região com a colaboração de grupos de extrema direita formado por croatas chamados de Utase. No mesmo período, alguns grupos de resistência conseguiram algum poder tornando-se o segundo maior grupo, os Cetniks era um grupo de paramilitares, pró-monarquista e comunista que tinham como líder o Josip Broz Tito (Wilmer, 2002 p. 39)

Após a Segunda Guerra Mundial o “novo” território da Iugoslávia era composto por seis repúblicas e duas cidades independentes, com três idiomas oficiais: o croata-sérvio, esloveno e macedônio. Os três principais grupos étnicos eram representados pelo Narodi – os croatas sérvios, os macedônios e os montenegros e, a partir de 1971 os bósnio-muçulmanos. Essas identidades criaram uma nação constitutiva e se distinguiam por não terem outro território fora da Iugoslávia. O segundo grupo, chamado Narodsti, era composto por pessoas de grupos minoritários que viviam na Iugoslávia, mas tinham algum território fora da Iugoslávia, como: os albaneses, os húngaros, os turcos e os eslovenos (Wilmer, 2002, p. 42).

A ex-Iugoslávia era um território multiétnico antes dos conflitos da década de 90 e esses grupos tinham uma relação estável com características diferentes sendo respeitadas tanto no âmbito cultural quanto histórico. Também uma nação altamente miscigenada podia representar um ponto estável entre o Ocidente e o Oriente. Por causa da maneira particular de se aplicar o socialismo e sua independência tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética durante a Guerra Fria, conquistou o respeito de ambos os lados (Stiglmayer, 1994, p. 1).

A relação entre o nacionalismo e a identidade começou a apresentar problemas quando as condições econômicas do país pioraram como resultado do papel que a Iugoslávia desempenhava no cenário internacional frente às mudanças que ocorreram com o fim da Guerra Fria. A economia Croata era menos diversificada e com grande desigualdade entre uma costa com mais recursos através do turismo e um interior de agricultura de extrativista. A Croácia e a Eslovênia estavam mais integradas a economia global e tinha uma taxa de 10% de desemprego que

contrastava com os 20 a 25% de desemprego nas outras localidades da Iugoslávia antes do conflito. (Wilmer, 2002, p44. apud. Woodward, 1995).

Havia muito ressentimento contra as políticas federais de distribuição de investimentos. Enquanto a Eslovênia e a Croácia eram associadas ao progresso, trabalhadoras e ocidentais as outras repúblicas do leste ficaram estereotipadas como preguiçosas e até mesmo parasitárias. No cenário internacional, com o fim da Guerra Fria o interesse do Ocidente nesta região foi diminuindo e as ajudas econômicas também.

No momento em que novas narrativas foram redefinidas essas características foram reduzidas a estereótipos e categorias de inferioridade foram mobilizadas por discursos políticos. O primeiro a decidir pela separação foi a Eslovênia, e dez dias depois do início dos confrontos Milosevic deu ao Exército Nacional a ordem para que deixassem a Iugoslávia (Wilmer, 2002 p. 29). Milosevic é acusado de acelerar as hostilidades locais e de ter a intenção de dividir a Bósnia e anexar parte dela à Sérvia. Para Wilmer: “Foi um conflito sobre identidade porque líderes políticos fizeram uma opção consciente, e de alguma forma, irresponsável, de responder a queixas que foram por muito tempo objeto de discurso político, e que foi construída em termos de identidade através de narrativas políticas e históricas”(Wilmer, 2002 p 29).

Wilmer coloca que ações de limpeza étnica na Iugoslávia pareciam impossíveis na visão dos Europeus, em parte por causa de uma completa dissonância. Europeus, no século XX, não cometem atrocidades um contra o outro, europeus não forçam limpeza étnica, políticos e militares europeus não promovem práticas que lembrem genocídio. No entanto, os discursos de ódio foram tomando conta da mídia controlada por sérvios e croatas, transformando sentimentos nacionalistas e criando polarizações e categorizações baseadas em pertencimento e exclusão. De um momento para outro, as pessoas tiveram que se identificarem como croatas, sérvios, mulçumanos, eslovenos e escolherem um lado para pertencer.

Kaldor (1993) apresenta a dinâmica do conflito na ex-Iugoslávia dividida em três momentos distintos: a guerra de dez dias na Eslovênia em junho de 1991, a guerra na Croácia no outono de 1991 e a guerra na Bósnia-Herzegovina em 1992. Essa última pode também ser dividida em quatro conflitos: um entre sérvios e croatas,

outro entre sérvios e muçulmanos, o terceiro entre sérvios e a população multiétnica de Sarajevo e o outro, entre muçulmanos e croatas (Kaldor, 1993 p.99).

#### **4.1.2 Ruanda**

Ruanda é o menor país da África ao sul do Saara e 95% de sua população é rural. Antes do genocídio em 1994 estima-se que a população girasse em torno de 7,5 milhões e após o genocídio, esse número teria caído para 6,5 milhões. A área produtiva concernente a cada família é em torno de dois acres de terra. No entanto, 17% das terras cultiváveis em Ruanda são maiores do que dois acres, estando 60% delas na região de Kigali. Após o genocídio a maior parte destas terras passou a pertencer a oficiais militares. Fomes são comuns ao longo da história de Ruanda. Um das mais severas aconteceu entre 1927-31 e outro episódio mais grave aconteceu no fim de 1989-90 (Taylor, 1999 p. 35-7).

Os colonizadores que chegaram foram os alemães apenas em 1880. Mas tiveram domínio sobre o local por apenas vinte anos. Com o fim da I Guerra Mundial A Ligas das Nações deu a Bélgica o direito sobre Ruanda (Taylor, 1999 p. 41).

Antes de 1994 a divisão étnica da população estava em 80% de Hutu, 20% de Tutsis e menos de 1% de Twas. Ao contrário de outros vizinhos na África, essas populações compartilham o mesmo idioma e cultura e não estavam concentrados em nenhuma área específica (Taylor, 1999 p. 39-40).

Em 1950 alguns Tutsis nacionalistas lutavam pela independência da Bélgica e pelo fim da monarquia Ruandesa. A Revolução Social de 1959 levou ao primeiro massacre e êxodo forçado de Tutsis (Buckley-Zitzel, 2011 p.6). Taylor (1999 p. 44) afirma que ao perceber as tendências esquerdistas do movimento, a Bélgica se aliou rapidamente ao grupo mais seguro naquele momento, os Hutus. Assim, o Governador General Jean-Paul Harroy começou a substituir antigos Tutsis de suas posições de comando para substituí-los por Hutus defendendo a posição de que estava assim fazendo para libertar os Hutus da opressão e fazer assim avançar a democracia (Taylor, 1999 p. 44).

A partir de então, inúmeros foram aqueles que jogaram com a diferença étnica para governar. Em 1959 uma nova onda de ataques entre os dois grupos surge novamente tendo como resultado a eleição do primeiro presidente Hutu, Gregoire Kayibanda. Em 1964 os Tutsis planejaram um ataque para retomar o poder em Ruanda e Kayibanda decidiu usar o medo dos Tutsis para fins políticos. Nessa ocasião os Tutsis não tiveram sucesso e em 1973 outros ataques foram orquestrados onde vários Tutsis morreram (Taylor, 1999 p. 44-5).

Mesmo com o controle dos Tutsis o governo de Kayibanda encontrou instabilidade e então, o ministro da defesa Juvenal Habyarimana viu nesta instabilidade uma oportunidade de tomar o poder através de um golpe de Estado. Habyarimana pôs fim à perseguição aos Tutsis e instituiu uma política de equilíbrio regional e étnico (Taylor, 1999 p. 45).

De acordo com esta política cada um dos grupos étnicos receberia oportunidades de trabalho, escolas ou universidades em conformação com sua representatividade social. Embora no os Tutsis e Twas nunca tenham chegado a receber as cotas que lhes eram de direito aparentemente optaram por pagar este preço em troca de poderem levar suas vidas (Taylor, 1999 p. 45-6).

Ao final de 1980 com agravamento de episódios de fome, a situação política em Ruanda também começou a deteriorar. Em 1989 Habyarimana decide reacender a animosidade contra os Tutsis. Ao mesmo tempo, os Tutsis que haviam se refugiado principalmente em países vizinhos começaram a se militarizar e em 1990 a Frente Patriótica de Ruanda (RPF) invadem o país através de Uganda. Desta forma, o então presidente criou uma nova ameaça pela qual lutar – um novo ataque dos Tutsis (Taylor, 1999 p. 47).

Nesse momento são retomadas as narrativas de que os Tutsis eram descendentes dos Etíopes e, portanto estrangeiros em Ruanda. Embora vários ataques contra os Tutsis fossem organizados e a mídia já tivesse começado o seu trabalho de difusão da ideia de que os Tutsis eram invasores, ainda não se percebia algum tipo de ódio generalizado contra esse grupo (Taylor, 1999 p. 48).

Em uma tentativa de ganhar tempo o governo propôs um cessar fogo em 1992 e negociar com o RPF em Arusha, na Tanzânia. No entanto, algumas ofensivas contra

os Tutsis continuaram sendo realizadas e o RPF decidiu retomar as ofensivas em Fevereiro de 1993. Em agosto de 1993 o presidente decidiu assinar o acordo de Arusha que embora não o deixasse com minoria no legislativo diminuiria seu poder uma vez que o acordo previa um governo multipartidário com a participação inclusive do RPF. Após um governo de transição de dois anos, novas eleições seriam realizadas (Taylor, 1999 p. 44-5).

Mas muitos dos que faziam parte do governo estavam satisfeitos e tudo foi feito para que o acordo fosse subvertido. Embora após os conflitos se evoque a ideia de que os Hutus e Tutsis vivessem de forma harmoniosa e que os conflitos de 1994 pegou à todos de surpresa, as tensões entre os dois grupos, mesmo que resultado de jogos políticos, há muito vinha aumentando.

Por fim, desde o início de 1994 houve um crescimento da tensão dos dois lados que chegaram ao seu ápice em 7 de abril de 1994, apenas algumas horas após o assassinato do presidente Habyarimana quando seu avião pessoal foi atingido. O RPF então começou um ataque lento e metódico contra as forças do governo que poupou seus homens e provisões, mas não evitou que o genocídio acontecesse. O objetivo era forçar a expulsão dos Hutus do país. Ao final, o RPF conquistou o território de Ruanda, mas perdeu 80% da população de Tutsis do país (Taylor, 1999 p. 50-1), (Steele, 2066 p.2). O número total de mortos varia muito, os números podem ir de trezentos mil a um milhão.

## **4.2**

### **Mobilização da memória para o conflito**

O pressuposto de que o Estado Moderno se construiu sobre violência, seja ela da dominação de povos chamados primitivos, como no caso do processo de colonização ou na forma da quase que apropriação de coletividades conquistadas na época dos impérios que depois deram origem a Estados mais homogêneos, se repete também no surgimento de Estados mais recentemente, como no caso da Ex-Iugoslávia ou de Ruanda.

O processo de construção de comunidades entre fronteiras assentados em identidades nacionais resultou no estabelecimento de Estados através do recurso à

políticas de homogeneização. E para que esses processos tivessem o melhor resultado foi necessário pavimentar o passado de forma que este também fosse homogêneo e refletisse um passado comum. Este passado comum inclui os mesmos heróis, as mesmas narrativas sobre batalhas e uma mesma origem. Calhoun (1995, p. 235) sintetiza esta ideia afirmando que o nacionalismo está baseado não apenas em memória histórica e mitos, ou glorificações de mártires e heróis, mas também no esforço de não lembrar todos os eventos e processos que poderiam trazer desunião, uma vez que a união é resultado de violência.

Se o nacionalismo geralmente enfatiza a participação das massas e a unidade entre todas as classes, o nacionalismo dos quais a Ex-Iugoslávia (Ostojic (2009)) e Ruanda foram palco, o papel da elite foi fundamental para se criar, se manter e se difundir um projeto que visava à dominação e a interesses próprios.

#### **4.2.1 Ex-Iugoslávia**

A região dos Bálcãs onde se situa a Ex-Iugoslávia, ou a região do Sudeste da Europa como é chamado atualmente, esteve sempre como área de disputa entre o Império Otomano (turco) e dos Habsburgos (europeu), sem falar no interesse britânico ou russo. Calhoun (1995, p.261) aponta que ao contrário de Estados modernos como França e Alemanha, que utilizaram discursos nacionalistas com o intuito de homogeneizar regiões distantes em um Estado central e organizado como tal, nos territórios que se formaram em consequência do declínio do império Austro-Húngaro, esse mesmo discurso com viés nacionalista foi utilizado pelos separatistas justamente na tentativa de fazer oposição à um Estado central.

A base política desses impérios estava justamente na coexistência ao invés da homogeneização de identidades com relações baseadas em trocas comerciais, mas não na cooperação da produção e com organização militar voltada para o uso de mercenários e não de cidadãos-soldados. Desta forma, não houve a tentativa de se homogeneizar essas diferentes comunidades, como por exemplo, através do uso de um mesmo idioma.

Como consequência, quando houve a queda de impérios que não buscaram se organizar de forma centralizada, o resultado foi que cada um desses grupos passou a

buscar uma forma de se consolidar política e culturalmente. O tipo de herança deixado por este tipo de organização política não foi a de um grande grupo homogêneo, mas sim, o de diversas comunidades bem diferenciadas em suas bases identitárias, divididas por crenças religiosas. Desta forma, o uso do discurso nacionalista teve por objetivo a consolidação desses grupos como um Estado independente.

Uma região sempre marcada por representar a área de influência de terceiros encontra dificuldades em tentar encontrar uma identidade que se apresente como algo verdadeiro, limpo e original. A busca por essa origem limpa acaba por criar um discurso de supressão das diferenças, de qualquer influência exterior e de qualquer impregnação de um “outro”. A região da Iugoslávia assistiu após as eleições de 1990 a esse sentimento de nostalgia. Na tentativa de se aproximar do Ocidente e de negar um passado socialista iniciou-se um intenso processo de manipulação de memórias.

#### **4.2.1.1 Sérvia**

Ramet (2007) afirma que durante os anos de conflito na região dos Bálcãs (1991-95 e 1998-99) que tiveram como consequência a desintegração da Iugoslávia, os sérvios eram expostos a intensas propagandas que reforçavam processos de ruminação - que é a tendência a reinterpretar eventos do passado de forma negativa. Esse tipo de propaganda tinha o objetivo de “despertar interpretações exageradas de conspiração e atribuição de erro ao outro, entendendo que este outro tinha a intenção consciente e perversa de causar o mal” (Ramet, 2007, p. 43). Como resultado, há um estado generalizado de “hiper-vigilância de forma que aquele grupo social desenvolvesse uma postura de resposta através de medo exagerado, neuroses e padrões psicóticos” (Ramet, 2007, p. 43).

Através da criação deste tipo de discurso baseado em vitimização houve a legitimação e suporte ao conflito pela minoria Sérvia na Croácia, Bósnia e Kosovo. Como consequência, os sérvios passaram a reagir com sentimentos de raiva que justificavam as operações militares na área, como autodefesa. Assim, cria-se uma estrutura de apoio onde mesmo quando alguém não estivesse envolvido no conflito de

maneira pessoal, os sentimentos de raiva e vingança criavam apoio entre a população, o exercito e os políticos.

Como parte do início deste processo de reinterpretação de memórias houve, em toda a região da Iugoslávia, a mudança dos nomes de diversas escolas e ruas. Essas instituições passaram a levar os nomes de heróis da Segunda Guerra Mundial ou que homenageassem movimentos antifascistas (Sesic, 2011 p.34).

Após a morte de Tito, houve um movimento proveniente principalmente da classe intelectual que levou a revisão historiográfica em favor da representação dos Chetniks como heróis e de posição pró-Aliados durante a II Guerra Mundial. Essa mudança na interpretação e mesmo de posicionamento político, coloca os sérvio como um grupo vitorioso na guerra mas também como vítima de grande violência (Ramet 2007, p. 45 e Ostojic 2009, p. 9).

Como início dessa política, houve a partir da década de 80, a publicação da biografia de Tito, de dois livros de história que colocam os Chetniks como um movimento de resistência antifascista e também a publicação de um trabalho que relaciona história à religião de um autor sérvio que apresenta os sérvios como um grupo de vítimas de quase todos os não-sérvios na Iugoslávia. Ramet (2007, p. 46) explica que o que eram apenas ações esparsas do nacionalismo sérvio, após a morte de Tito, tornou-se um movimento expressivo. Uma das primeiras destas ações, mas que já demonstra a força com que o revisionismo histórico viria foi a publicação de “Novas Contribuições a biografia de Josip Broz Tito” (Novi prilozi za biografiju Josipa Broza Tita), escrito por Vladimir Dedijer autor da biografia de Tito em 1981 e que ajudara na construção do mito em torno de Tito. Nesta publicação, Tito é retratado com um líder estrategista e tirânico e Ramet (2007) considera esse o passo inicial para a recuperação da imagem dos Chetniks.

Dois anos mais tarde, Branko Petranovic, um dos maiores historiadores sérvios, lança um livro chamado "Revolucija i Kontrarevolucija u Jugoslaviji" (Revolução e Contra Revolução na Iugoslávia). Nesta publicação, o autor volta quarenta anos em pesquisas historiográficas oficiais realizadas tanto por historiadores locais quanto por pesquisadores ocidentais, publicadas antes dele, para pintar os Chetniks como parte de um importante movimento de resistência antifascista (Ramet,

2007, p. 46). Em seguida, Vasin Djuretic lança também um livro chamado "Saveznici i Jugoslovenska ratna drama" (O drama da guerra Iugoslávia e os Aliados), que segue a mesma linha do outro livro publicado por Petranovic.

Após a subida de Milosevic ao poder, o revisionismo se tornou a versão oficial do novo governo que resultaria em uma nova historiografia da Sérvia. Nesse momento, os livros texto de história usados nas escolas da Sérvia aceitaram a narrativa de que os Partisans e Chetniks eram igualmente antifascistas e incluíam uma enorme escalada dos números apresentados sobre as mortes de sérvios no campo de Jasenovac (Ramet, 2007, p. 47).

Esse revisionismo teve como consequência a criação de uma atmosfera de vitimização entre os sérvios criando o suporte necessário para ações violentas inflamando o conflito. Essa estratégia incluiu a mudança de diversos acontecimentos consolidados pela História como o número de sérvios mortos no campo de Jasenovac durante a Segunda Guerra Mundial e a narrativa que supunha que os Croatas teriam atacado a si mesmos durante o primeiro ataque nos anos 90. Assim, os sérvios passaram a compartilhar uma posição de vítima de seus vizinhos de forma a criar ou insuflar sentimentos nacionalistas que davam a impressão de que os sérvios precisavam de um messias que os salvassem de seus vizinhos (Ramet, 2007, p. 46) e (Ostojic 2009, p. 9).

Ao construir identidades nacionais foram criadas também efetivas políticas estéticas que além de atuarem no campo cultural como um todo se centraram na mídia. No caso dos Bálcãs, com o colapso da federação da Iugoslávia, o Estado passou a controlar os meios de comunicação. Desta forma, passaram a ser veiculadas histórias de caráter nacionalista e oficial que geravam uma verdadeira guerra entre as diferentes versões de acontecimentos passados (Ostojic 2009, p. 10).

Banac (2006, p. 31) aponta que a mídia sérvia, em 1989, pouco antes de estourarem os conflitos, foi bastante atuante na construção de estereótipos de bases nacionais, sistematicamente desumanizando albaneses kosovares, croatas e bósnios muçulmanos. A mídia atuou também pavimentando a narrativa que retratava os sérvios como vítimas históricas ao mesmo tempo em que supervalorizava sua missão

na região. A mídia sérvia criou as pré-condições para o entendimento de que uma Grande Sérvia etnicamente pura só poderia existir em consequência da guerra.

Outro movimento de mudança da representação histórica como discurso de ódio para criar uma nova base nacional fixada na etnia utilizou os memoriais como estratégia. Na construção, ou na atribuição de significado, à monumentos no espaço público uma mensagem é mais facilmente informada àquela comunidade. A nova adjetivação revelava o objetivo de se demonstrar poder por meio da ilusão de se estar criando algo para a eternidade. Além disso, essas mudanças funcionavam como uma maneira de provocar e controlar o outro, por meio da representação.

Sesic (2011, p.34) conta que após as eleições em 1990 houve um movimento de distanciamento do socialismo e também de tudo que representasse uma herança comum da Iugoslávia. Os próprios ataques as cidades decorrentes do conflito armado mudaram a paisagem de forma que não fosse mais possível se identificar com ela. Mesmo a ponte em Mostar construída na época do Império Otomano, e antes orgulho da comunidade, no período dos conflitos tornou-se apenas símbolo de um grupo que então deveria ser destruído pelo outro (Sesic, 2011 p. 35).

Na Sérvia foram criados encontros, que concentravam um grande número de pessoas, intitulado “aconteceu com o povo”. Nesses encontros pessoas contavam sobre os massacres sofridos na época da Ustasha durante a II Guerra Mundial (Ostojic 2009, p. 9). Esse tipo de encontro público reforçava uma narrativa que criava uma identidade de vitimização aos sérvios através da reificação da memória de sofrimento.

#### **4.2.1.2 Croácia**

No que diz respeito especificamente à Croácia, políticas voltadas para a adjetivação das identidades baseadas em memória não foi muito diferente dos processos da região dos Bálcãs como um todo. Franjo Tudjman líder da União Democrática da Croácia publicou um livro também de caráter revisionista que negava o assassinato em massa cometido pela Ustasha durante a II Guerra Mundial (Ostojic 2009 p,8).

O evento mais sensível foi a mudança do nome de uma praça que fazia uma homenagem as vítimas do fascismo em Zagreb, no dia dos Direitos Humanos em

1990, para o nome de uma personalidade Croata<sup>1</sup>. A mudança foi interpretada tanto pela Croácia quanto pelas outras etnias como uma tentativa de se elevar o nacionalismo croata a ponto de se minimizar a importância das batalhas antifascistas, bem como o número de vítimas do fascismo na região, uma vez que a maioria destas vítimas era composta por judeus, sérvios e romenos (Sesic, 2011 p.34).

A criação de mitos nacionais ou de monumentos, como descritos no capítulo anterior, serve para criar e reforçar uma identidade de pertencimento. Mas outros componentes que constituem a cultura também dão o caráter de identidade à nação, como a música, a poesia, e a literatura - que além de desempenharem outros papéis, reforçam o idioma nacional.

Em relação ao idioma oficial, invariavelmente nesses dois casos o idioma foi utilizado como estratégia de homogeneização da memória. Após a chegada do partido de Franjo Tudjman ao poder na Croácia foi iniciado um movimento que proibia as instituições culturais sérvias, reintroduzia as “inovações” linguísticas utilizadas na época da II Guerra Mundial pela Ustasha e reintroduzia o alfabeto latino como único alfabeto oficial a ser adotado em toda Croácia (Ostojic 2009, p. 8).

Utilizando uma estratégia que podemos chamar de apropriação, podemos trazer o exemplo do “desaparecimento” das estrelas vermelhas, símbolos do comunismo e do socialismo em geral. Ao longo da Rota da Amizade Eslovena as estrelas vermelhas foram pintadas de amarelo ou cobertas por cruzes católicas na Croácia (Sesic 2011, p. 35).

Seguindo uma lógica diferenciada, alguns monumentos “desapareceram”. Monumentos públicos erguidos na época do socialismo eram vistos como símbolo de “desnacionalização”, como algo que se opusesse a identidade nacional Croata, ao afirmar uma identidade da Iugoslávia ou até mesmo ateu. Nesse sentido, esses monumentos representavam uma ameaça à construção das identidades Sérvia e Croata e deveriam ser apagados.

Sesic (2011, p. 35) afirma que essa luta pela proteção de monumentos, e identidades baseadas em memórias, teve caminhos diferentes. Elementos da

---

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2000, após nove anos de protestos organizados por intelectuais croatas, a praça teve seu nome original de volta (Sesic, 2011 p.34).

identidade Sérvia que estivessem em território Croata eram protegidos pela Igreja Ortodoxa Sérvia. Ao mesmo tempo, a Sérvia declarava oficialmente que não mudaria sua política em relação ao seu passado comunista e não negaria seu passado enquanto parte da Iugoslávia, mas o nome de ruas e cidades que levavam o nome de Tito, ou que lhe rendiam homenagens, foi renomeado com seus nomes antigos.

Outro exemplo da descaracterização local através dos monumentos foi a retirada do monumento de Boris Kidric<sup>2</sup> de seu local original e recolocado nos jardins do Museu de Arte Moderna. Outros monumentos que homenageavam Tito também foram retirados de seus locais originais. Dessa forma, essas esculturas perderam seu caráter político e ideológico tornando-se apenas uma peça de arte descontextualizada (Sesic 2011, p.37).

#### **4.2.2 Ruanda**

Seguindo processos diferenciados daqueles presentes na região da Ex-Iugoslávia, Ruanda encena o exemplo daqueles países em que o que ocorreu foi uma dominação colonial. Nesse tipo de processo, uma característica bastante utilizada para a dominação era a apropriação de instituições estatais subordinadas à colônia, ou a criação destas, seguindo este mesmo modelo. Como consequência, as ideias nacionalistas e de independência, surgem na tentativa de contrastar o que é nacional e legítimo, e o que é imperialista, invasor e, portanto, não legítimo (Calhoun 1995, p. 262).

Outro fator importante no contexto pós-colonial é a forma de representação da população colonizada. Em geral a ideologia difundida era a de um grupo bárbaro, sem pretensões de se organizar politicamente (já que esse seria um indício de civilização) que precisava de um agente externo para organizá-los em uma categoria nacional monolítica que permitisse alguma estabilidade.

Elementos simbólicos utilizados durante os conflitos de 1994 em Ruanda tiveram origem mesmo antes da colonização. No entanto, para que estes símbolos fossem utilizados com a carga emocional necessária para promover o conflito,

---

<sup>2</sup> Comunista e figura política Eslovena.

receberam uma nova interpretação. Taylor (1999 p. 102) aponta que os simbolismos utilizados em Ruanda estavam imbuídos de elementos como: determinismo biológico, essencialismo e racismo.

No processo de escalada dos conflitos, Ruanda não apresenta a aniquilação ou a apropriação de memoriais ou símbolos nacionais, talvez por estarem imersos em um contexto diferenciado dos caminhos que levaram à utilização destes recursos na Europa. A utilização do passado como uma maneira de criar novas verdades tendeu mais para a utilização da narrativa do mito de origem baseada fundamentalmente em aspectos da identidade.

Duas narrativas sobre o período pré-colonial estão presentes no imaginário ruandês (Taylor, 1999). Uma delas afirma que já existiam tensões de fundo étnico antes dos colonizadores alemães chegarem à região levando-os apenas a reforçar as diferenças étnicas. A outra narrativa sugere que antes dos colonizadores as etnias locais conviviam bem, sendo as tensões entre elas o resultado do uso das diferenças entre as duas etnias como base para a formação de uma elite colonial.

O mito Hamítico que explicaria a origem dos Tutsis na região tem origem teológica e teria chegado à região junto com os padres da região da Alsácia que se predispuseram a ir até Ruanda e Burundi catequizar os negros. Nesta época já havia entre os europeus a ideia de que quanto mais ao norte, mais se encontravam as pessoas que estavam mais próximas de Deus e dos anjos, enquanto mais se fosse para o sul, mais a pele ia se escurecendo, estando mais perto dos animais. Assim, os europeus ocupavam uma posição superior e evolutiva que os colocava quase que na obrigação de dominar os negros, mais rudimentares e menos evoluídos (Taylor, 1999 p.39).

Dentro desta narrativa os Tutsis seriam descendentes de uma tribo perdida de Israel, os descendentes de Ham, filho de Noah, banido da terra prometida. Ham ao sair da terra prometida e como forma de punição por ter desrespeitado seu pai foi amaldiçoado com a uma pele escura (Taylor, 1999 p.58).

Assim, os Tutsis ocupavam a posição de mais evoluídos e próximos do homem caucasiano e logo estavam mais predispostos às regras, os Hutus eram mais afeitos ao trabalho pesado da agricultura e os Twas que eram uma raça tão inferior

que estava fadada a desaparecer. A formação de uma elite capaz de estabelecer as regras coloniais, e de reforçar uma predisposição “natural” de governar, passa pelos instrumentos de educação. Taylor aponta que nas escolas fundadas pelos missionários católicos a grande maioria dos alunos era formada por Tutsis (Chretien 1997 p. 14 apud Taylor, 1999 p.41).

Após a independência do Burundi e de Ruanda em 1962 o principal proponente do mito Hamítico eram os próprios Tutsis e Hutus da região. Essa representação baseada em uma categoria simplista combinadas com as ações de dominação de áreas mais periféricas atraía as elites colonizadas reforçando as conexões entre o projeto de se instituir uma única esfera pública e ganhar autonomia nacional.

O mito de origem ruandês foi utilizado em momentos antes dos conflitos como base para legitimar a reivindicação pelo uso da terra e pela ocupação do poder. Se os Tutsis se utilizavam desse mito para legitimar sua superioridade intelectual e capacidade de governar o país, os Hutus usavam a mesma narrativa para reivindicar a sua legitimidade no controle do país uma vez que os Tutsis seriam estrangeiros que imigravam para aquela região. Esse mito foi bastante internalizado não só pelos ruandeses, mas também pelos Tutsis e Hutus que vivem na região do Burundi.

Calhoun (1995 p.256) conclui que o discurso nacionalista não apenas encoraja ver a identidade como inscrita no corpo do indivíduo, mas também, em ver o indivíduo ligado a seus membros de raça, gênero, classe, e etc., mas do que em suas relações interpessoais, o que coloca as categorias baseadas em identidades acima das baseadas nas relações. A construção dessas categorias depende em parte da adoção de pressupostos tomados como universais, mas que oferecem um entendimento da sociedade a partir de um ponto de vista centralizado (nessas categorias) e não a partir das relações interpessoais.

Embora seguindo processos completamente diferenciados na conformação de suas comunidades políticas, tanto a região que formava a Ex-Iugoslávia quanto Ruanda utilizaram aspectos relacionados à memória para criarem o contexto necessário ao escalonamento de conflitos na década de 90. Os dois exemplos

demonstram como foram utilizadas narrativas baseadas no passado para emprestar novos significados àquelas identidades.

Na Ex-Iugoslávia grande parte dessas ações se deram na mudança de símbolos em monumentos, no nome de ruas e na própria revisão bibliográfica de livros de História. Essas ações refletem além de uma instrumentalização assustadora do passado, uma mudança nas referências simbólicas da comunidade política em questão.

Em Ruanda, os processos de instrumentalização se deram principalmente no nível das narrativas que compunham o passado daquela comunidade e que informavam o “papel” de cada uma das etnias, bem como as posições tomadas ao longo do tempo. Em uma comunidade baseada principalmente na oralidade, as narrativas disseminadas apresentam profunda importância, pois são percebidas elas mesmas como verdade.

Nos dois exemplos, constantes referências ao passado levaram a uma disputa sobre uma narrativa que contasse a verdade sobre esse passado. Somados a outros processos como crise econômica e instabilidade política, identidades tornaram-se o fator determinante para a desintegração, como na Ex-Iugoslávia, ou uma mudança profunda de legitimidade daqueles que mereceriam estar no poder, como em Ruanda.

#### **4.3**

#### **Mobilização da memória para a reconstrução**

As práticas utilizadas para assimilar ou aniquilar o passado de forma a se construir uma nova adjetivação que legitime as guerras ou que construa categorias de identidade em bases de identificação/diferença, faz-se necessário criar um sentimento de ameaça. Esse sentimento de ameaça construído em torno do Outro resultou no caso da Ex-Iugoslávia e de Ruanda em limpeza étnica. Na próxima seção, serão apresentadas algumas práticas que também tentam tornar o passado inteligível, mas que ao contrário da primeira seção, atuam no sentido de estabilizar o “novo” Estado.

Passado o momento da deflagração e evolução do conflito, a memória é utilizada de maneira a criar estabilidade. Essa estabilidade advirá também dos processos de homogeneização, não só assimilando os remanescentes (uma vez que

em nenhum dos dois conflitos, seja na região da Ex-Iugoslávia, ou em Ruanda, conseguiu-se criar um “novo” Estado cem por cento formados por apenas uma etnia), mas também por meio da homogeneização deste passado próximo, na narrativa sobre os processos do conflito em si.

Discursos voltados para a formação de cultura, identidade ou memória são inextricavelmente parte da criação de uma esfera pública e não apenas pré-condição para sua criação. Quando se trata de regimes de transição em que uma comunidade política passou por guerras, a necessidade de se lidar com um passado doloroso e que ao mesmo tempo traga estabilidade para o novo governo é fundamental.

Nesse sentido, a História é resultado de diversas contestações, uma vez que narra “oficialmente” as causas e desenvolvimentos do conflito e ainda a relação entre as diferentes etnias locais. O que vai ser “escolhido” como versão oficial impreterivelmente será a narrativa dos vencedores e esta vai determinar o que será esquecido e o que será lembrado. Buckley-Zistel (2011, p.2) destaca que a narrativa nacional será moldada de forma que assegure a posição do governo atual, bem como os absolva da responsabilidade pelos crimes cometidos durante o conflito e que produza uma sociedade que possa ser governada seguindo seus preceitos.

Mais uma vez centrada nos instrumentos que utilizam a memória e o passado como meio de fixar a identidade no tempo e no espaço, a presente seção busca analisar como se deram estes processos trazendo como exemplos os acontecimentos encenados na região da Ex-Iugoslávia e Ruanda posteriores aos conflitos de 1991 e 1994 respectivamente. Ao contrário da desestabilização que era o objetivo das ações já demonstradas na primeira seção do presente capítulo, o passado será evocado de forma a trazer a estabilidade, sem, no entanto, ser menos violento, como será mostrado a seguir.

#### **4.3.1**

##### **O dispositivo das escolas**

Para melhor interpretar o uso que as escolas terão nestes dois contextos, da Ex-Iugoslávia e de Ruanda, faz-se importante observar como o dispositivo da disciplinarização pode ser utilizado em contextos pós-crise, e como o processo da educação, nestes dois contextos, estão imbuídos fortemente de técnicas de poder que

reinterpretam o passado de forma a criar novas bases para a assimilação e homogeneização.

#### **4.3.1.1**

##### **Ex-Iugoslávia**

A Universidade de Ulster realizou uma pesquisa que perguntava a crianças e jovens estudantes da Bósnia Herzegovina sobre a guerra e a reconciliação em 2010. Na Bósnia Herzegovina, foi implementado um Currículo Central Comum que consiste em aplicar os mesmos elementos básicos para todas as escolas da região, mas que é reconhecido pelos próprios pesquisadores como “carente de material étnico específico” (2010, p.20). Cada escola adota diferentes currículos dependendo da maioria étnica presente (i.e., Bósnios, Croatas ou Sérvios).

A mesma pesquisa aponta que quando há uma escola em que a maior parte da população é proveniente de uma etnia, não existe a possibilidade de se escolher o currículo levando a um processo de assimilação. “In three cantons with a more mixed population there are two curricula in force, used according to the ethnic majority in the school. This situation has given rise to the phenomenon of ‘two schools under one roof’, where a single pre-war school now houses two new schools, whose children study different curricula and are largely or entirely kept separate.” (2010, p.20)

Por causa do retorno de famílias a suas regiões antes do conflito, em março de 2003 foi assinado um acordo de acomodação das necessidades específicas e direito das crianças que voltaram à região com suas famílias. Esse acordo dá as famílias o poder de escolher qual currículo será aplicado a seus filhos. No entanto, se a representação étnica daquela família não estiver minimamente representada, não é possível atender a essa demanda. De fato, fora do distrito de Brcko, uma região mais miscigenada, é extremamente raro que uma criança de uma minoria étnica receba algum tipo de orientação específica em seu currículo escolar (2010, p. 20).

#### **4.3.1.2**

##### **Ruanda**

Em Ruanda, desde 1994, está suspenso o ensino de História nas escolas até que houvesse alguma orientação para o ensino desta disciplina. Ao invés da escola,

foram criados centros de educação civis chamados de *igandos* para o ensino de História no país. Esses centros começaram a funcionar em 1996, logo após o fim dos conflitos e primeiramente eram destinados aos Hutus ex-combatentes ou ex-insurgentes. Depois, esses centros passaram a receber alunos do secundário e de universidades e, por fim, se tornaram obrigatórios para prisioneiros antes do retorno para suas casas (Buckley-Zizel, 2011 p.8).

Cada um desses centros de educação atende até três mil pessoas por ano, sendo que cada grupo possui entre trezentas e quatrocentas pessoas. Estima-se que estes centros já tenham atingido por volta de oito milhões de habitantes desde a sua criação, tendo um impacto real nas crenças e atitudes daqueles que passam pelos centros<sup>3</sup> (Buckley-Zizel, 2011 p.9).

Na falta de um currículo nacional e oficial para o ensino de História, uma pergunta que se coloca é: o que está sendo ensinado nos *igandos*? A organização não governamental *Penal Reform International*, que participa dos *igandos* oferecendo alguns módulos, mostra que o que é ensinado nestes centros é a versão de que Ruanda era um local pacífico, sem divisão de bases étnicas, o que só foi ocorrer após a chegada de colonizadores alemães e belgas que criaram esta prática que resultou em um país dividido.

Esta versão está em consonância com a visão do passado que é apregoada pelo governo no momento do pós-conflito. Uma publicação da Comissão Nacional para a Unidade e Reconciliação (sigla NURC em inglês) afirma que uma vez que Ruanda era marcada pela unidade antes da chegada dos colonizadores, o conflito não se deu por razões identitárias, mas sim políticas. Desta forma, se foram feitas manipulações que causaram as divisões que culminaram nos conflitos de 1994, pode também haver uma política que leve à unidade (Buckley-Zizel, 2011 p.7).

#### **4.3.2 Monumentos e comemorações**

Como visto no capítulo dois, os lugares da memória, ou as práticas de memória que envolveram a materialização de um momento pelo qual o Estado

---

<sup>3</sup> Relatório "From Camp to Hill", produzido pela ONG Penal Reform, [www.penalreform.org](http://www.penalreform.org).

passou, como uma guerra, tem o papel de fazer uma conexão entre o privado e o público. Assim, é possível envolver os indivíduos por meio da ideia de que a sua dor é também a dor de toda a nação, em um projeto ideológico ou político de reforço do sentimento nacional.

Como resultado, o lugar que recebe um monumento serve não apenas para os processos de interação e luto na sua forma social e política, mas também atua oferecendo significado para as consequências daquele trauma. A construção de memoriais, portanto, traduz um sentimento sobre o passado, traz um significado para o presente ao mesmo tempo em que fixa no espaço e no tempo uma narrativa que será aquela informada no futuro.

#### **4.3.2.1** **Ex-Iugoslávia**

Após os conflitos na região da Ex-Iugoslávia, novos esforços foram feitos no sentido de se criar uma “nova” identidade visual que acima de tudo, emprestasse algum elemento diferenciase cada um dos novos Estados. Nesse sentido, os monumentos deveriam representar a mudança, mostrando transformações na identidade nacional e em seus valores.

##### **4.3.2.1.1** **Sérvia**

Antes do conflito, os monumentos na Sérvia não tinham uma identidade sérvia, mas representavam a Iugoslávia (Sesic, 2011, p. 39). Após os conflitos, monumentos foram erigidos na tentativa de inscrever o território em uma espécie de “serbilidade” ou o sentimento de pertencer à Sérvia.

Com o objetivo de resgatar personalidades do passado, foram construídos monumentos em homenagem a Nikola Pasic, antigo líder político que era contra a ideia de Iugoslávia. Sesic (Sesic, 2011, p. 39) aponta que havia uma tentativa de elevar esta figura a um modelo para os políticos da atualidade que deveriam preservar sentimentos nacionalistas. Nikola também foi relacionado com o passado glorioso da Sérvia que teria sido apagado dos livros de história e da memória coletiva do povo (Sesic, 2011, p. 39).

É interessante notar que mudanças na política dos monumentos podem algumas vezes ser percebidas por meio da vida de uma só pessoa. Miodrag Zivkovic começou sua carreira construindo memorial e monumentos que lembrassem a II Guerra Mundial. A partir de 1990, passou a realizar projetos que retratassem heróis medievais sérvios e, ao fim da mesma década, grande parte de seus projetos se concentrou em cidades da República de Srpska (Sesic, 2011, p. 39).

#### **4.3.2.1.2** **Croácia**

A partir de iniciativas privadas, alguns monumentos em homenagem aos antigos líderes da Ustashe foram construídos logo após os conflitos, para serem derrubados no momento seguinte, em 2004, pelo governo que queria ter sua imagem vinculada à democracia e não aos regimes fascistas. À Tudman também foram rendidas várias homenagens. As iniciativas iam desde placas em memória dele até bustos e monumentos. Um candidato à presidência da Croácia em 2009 - que acabou não vencendo - prometeu construir um monumento à Tudman em Zagreb, e mesmo o prefeito da cidade de Split quis construir também um monumento deste tipo, mas na beira da praia (Sesic, 2011, p. 37-8).

Na mesma cidade de Split, decidiu-se construir vinte e um monumentos de personalidades, tanto da Croácia quanto da própria cidade. Uma oposição a essa construção, como a que foi feita por Miljenko Smoje, fez com que o humorista fosse acusado de pró-Iugoslávia e esquerdista (Sesic, 2011, p. 38).

Para Sesic (2011 p. 38), é importante ressaltar a política de “pureza étnica” que caminha junto com a construção de monumentos na região. A autora narra que durante a construção de um monumento que homenageava os defensores de Makarska - cidades Croatas surgiram rumores de que a grama que estava em torno do monumento era proveniente da República de Srpska. Essa suspeita levou o prefeito da cidade a ter que dar explicações públicas e afirmar pela sua própria honra que aquele não era o caso.

#### **4.3.2.1.3 Macedônia**

Tendo sido libertada da Turquia apenas em 1912 para logo ser ocupada pelos Búlgaros durante a II Guerra Mundial, e depois passar a ser apenas uma província ao sul da Sérvia, a Macedônia só deu início à criação de seus símbolos nacionais muito recentemente. Nesse processo, que ocorreu ao longo de todo o século XIX, quatro expressões culturais foram escolhidas para compor o que viria a ser a identidade nacional macedônica: a linguagem - eslava, o folclore, o legado cultural da Grécia Antiga bem como o legado do Humanismo Renascentista (Sesic, 2011, p. 39).

Apenas a partir de 1945, foi que a Macedônia começou a identificar com mais segurança o que viria a construir sua identidade sem, no entanto deixar de ter conflitos com vizinhos nesse processo. A Sérvia não aceitava a autonomia da Igreja, os búlgaros reivindicavam a especificidade do idioma e os Gregos até mesmo o nome. Para resolver a questão, o país declarou que a Macedônia contemporânea era resultado do encontro entre antigos macedônios e o povo eslavo, o que lhes permitiu incorporar a herança macedônica na memória coletiva. Sua bandeira foi “inventada” a partir de descobertas em um sítio arqueológico ao norte da Grécia e hoje possui vários monumentos que celebram Alexandre - O Grande (Sesic, 2011, p. 39).

Após os conflitos que puseram fim à Iugoslávia, a construção de dois monumentos marcou profundamente a região e seu posicionamento tanto interno quanto na relação com seus vizinhos. Primeiro, uma enorme cruz foi erguida para celebrar os dois mil anos do cristianismo. Esta cruz foi posicionada de forma que estivesse virada para a parte Albanesa da cidade, onde a grande maioria é de muçulmanos (Sesic, 2011, p. 40).

#### **4.3.2.2 Ruanda**

Ruanda, antes do genocídio de 1994, não tinha um grande número de museus ou memoriais. A memorialização por meio da construção de monumentos é uma prática europeia que Ruanda não tinha absorvido. Após os conflitos, um intenso

movimento de construção de locais que recontassem a história do genocídio começou a entrar em ação.

Em sua maior parte, os lugares que se tornaram “locais de memória” são aqueles onde de fato o genocídio ocorreu, como igrejas, escolas ou outros locais de massacre em grupo. Arquivos com os instrumentos utilizados no genocídio, bem como o material midiático utilizado na época, foram preservados. O dia nacional do luto também foi instituído, sendo abril o mês escolhido para ser extra-oficialmente um mês de lembranças dos que partiram (Steele, 2006 p.6). Anualmente, é escolhido um local onde ainda estão restos mortais de vítimas do conflito e é dado um sepultamento formal, em que uma cerimônia é conduzida pelo presidente e televisionada para todo o país (Zorbas, 2003 p.40).

O Memorial do Genocídio em Kigali<sup>4</sup> foi inaugurado em comemoração aos dez anos do genocídio em Ruanda, em 2004. A iniciativa é uma parceria entre uma Organização Não Governamental inglesa, a Aegis Trust, e o Conselho da Cidade de Kigali. Os principais patrocinadores deste memorial são a Fundação William Jefferson Clinton, o governo da Suécia, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido e a Holanda e Bélgica, através de seus consulados.

É possível notar neste memorial a tentativa de se inserir o genocídio de Ruanda em um contexto maior, em que este genocídio foi apenas mais um da história mundial. Através da representação de um mapa mundial que mostra outros lugares do mundo onde genocídios já foram perpetrados, se apresenta também a narrativa de que a Comunidade Internacional nada fez para evitá-lo, como em outros caos pelo mundo. Está também presente no Memorial a narrativa de que o genocídio em Ruanda não teve causas étnicas, mas sim foi resultado de uma guerra civil.

O Memorial do Genocídio em Kigali foi construído no mesmo local onde 250 mil pessoas foram mortas e tem o objetivo de ser um museu e, ao mesmo tempo, um cemitério, com a representação corpórea das pessoas que ali morreram. Além de um museu, o Memorial possui um centro de arquivos e de ensino sobre genocídio, seguindo a tendência do Memorial do Holocausto em Washington. O objetivo é

---

<sup>4</sup> <http://www.kigalimemorialcentre.org/old/index.html> acesso em 15/08/2011

produzir material que possa ser utilizado para se estudar e ensinar sobre genocídio de forma a preveni-lo nas gerações futuras.

As exposições estão divididas entre uma dedicada às crianças e uma segunda que retrata a repercussão internacional. Para Steele (2006 p.5-7), este é um recurso que não oferece uma narrativa completa ou uma reconstrução dos assassinatos, mas oferece, por meio de artefatos, documentos fotográficos ou áudios-visuais, testemunhos de vítimas e sobreviventes, uma nova interpretação alinhada com a perspectiva oficial do Governo Ruandês.

Seguindo a tendência ocidental de se tentar tirar uma lição de aprendizado de eventos traumáticos e de grande proporção como o Holocausto, o Memorial do Genocídio em Kigali possui importantes exposições carregadas de significado. A primeira são esculturas sinuosas e bem femininas de um artista Ruandês chamado Laurent Hategekimana. As estátuas representam os três momentos do conflito, antes, durante e após o genocídio. Feitas de madeiras encontradas em Ruanda, as esculturas endereçam aspectos do genocídio, como o estupro em massa, a tortura e a própria morte. Para Steele (2006, p.7), esta seria uma maneira de levar o espectador a questionar o próprio entendimento do que é genocídio, além de trazer a ideia de que o genocídio pode ser um processo invisível ou ignorado para a maioria das pessoas, mas extremamente urgente para aqueles que são suas vítimas.

A segunda peça produzida para o Memorial foi feita por Ardyn Halter, filho de um sobrevivente do campo de Auschwitz. Intitulado de “Janelas da Esperança”, a peça é um vitral e representa a inação frente a um episódio dramático como o genocídio. A primeira parte do vitral traz uma representação do genocídio como possível de se evitar, mas que por mais avisos que tenham sido dados, o mundo não escolheu seguir para a luz. A segunda parte mostra aqueles que fizeram resistência ao genocídio, mas eles são poucos e não suficientes para evitá-lo. Para Steele (2006, p. 8), essas duas exposições estão dentro da lógica ocidental de uma representação abstrata para a conscientização “neutra” e “racional”.

O que se entende a priori por um memorial se transborda no caso do Memorial do Genocídio em Kigali. O interessante aqui é que este Memorial acaba por carregar em si diversas funções em um mesmo lugar. Cemitério, museu,

memorial, Centro de Documentação, Centro de Educação, compilação de testemunhos, homenagem às crianças, cobertura internacional do conflito... Lugar para lembrar e lugar para esquecer. Dentro de um centro de lembranças com tudo que pode ser usado como aparato para as lembranças, a impressão é que não é possível esquecer, no entanto, como mostra Steele (2006), que todo este aparato serve apenas a uma narrativa, e esta narrativa não dá conta de tudo.

### **4.3.3 Confrontando o passado**

Falar é uma forma de curar traumas do passado. Essa afirmação representa os valores ocidentais baseados em uma tradição da psicologia que fundamentalmente se originou dos trabalhos de Freud e da psicanálise. Nos processos de estabelecimento de “novos” Estados, há uma aparente busca pela verdade. Assim, muito se credita ao ato de falar para saber a totalidade dos eventos do passado e do conflito. Mas, como seguir em frente após episódios tão dramáticos de violência levada a extremos e de forma generalizada? Falar, testemunhar e trazer a verdade ao conhecimento de todos é realmente um processo de cura? E esta cura pode trazer paz e estabilidade (ou nova homogeneização) àquela sociedade?

Uma nação que tenta se reerguer após episódios de violência extrema como o genocídio é uma nação dividida e traumatizada pela violência. Desde o fim das ditaduras na América Latina nos anos 80, e nos anos subsequentes, a reconciliação por meio do acesso à verdade se tornou a palavra de ordem. Assim, esse mesmo tipo de abordagem foi utilizado no momento após o conflito nos mais diversos casos, seja no fim de uma ditadura, seja para por fim a conflitos étnicos.

As arenas onde se pretende acessar a verdade com o objetivo de reconciliar, de fazer justiça ou atribuir responsabilidades são os mais diversos. Podem ser de iniciativa local como as Comissões de Verdade, podem ter uma influência do internacional, como no caso dos Tribunais Penais Internacionais criados no âmbito das Nações Unidas ou ainda adquirir características bem próprias como no caso da Gacaca, criada em Ruanda como uma forma de oposição e resistência ao Tribunal Penal Internacional *ad hoc*, criado pela ONU na tentativa de dar uma resposta ainda que tardia aos conflitos de 1994 na região.

Desta forma, a presente seção não buscará estabelecer as diferenças fundamentais entre cada um desses processos. O objetivo aqui será o de lançar um olhar sobre os processos utilizados no pós-conflito, tanto da Ex-Iugoslávia como em Ruanda, que buscam a cura, a reconciliação ou mesmo a verdade a despeito da contribuição que oferecem para a construção de narrativas sobre as causas, desdobramentos, resultados e consequências destes conflitos.

#### **4.3.3.1 Ex-Iugoslávia**

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPIY) é parte do sistema das Nações Unidas criado para lidar com crimes de guerra. No caso do conflito da ex-Iugoslávia na década de 90, este tribunal institui a criminalização individual, minimizando a ideia de uma responsabilidade coletiva pela violência cometida no processo de fragmentação da região dos Bálcãs. Criado como uma corte ad hoc pelo conselho de Segurança da ONU em 1993, o tribunal continua até o presente momento suas ações tendo previsão de concluir seus trabalhos em 2014.

Com o objetivo de oferecer alguma orientação para as testemunhas, a Unidade de Vítimas e Testemunhas criou um guia com as informações necessárias àqueles que irão prestar depoimento na Corte Internacional para a Ex-Iugoslávia. As informações vão desde informações sobre o que é o Tribunal, passando por maneiras de se prestar o testemunho, sobre a importância de se dizer a verdade e punições para quem prestar um falso testemunho. Além disso, encontram-se informações sobre acomodações e procedimentos até as informações locais sobre a Holanda. Em relação aos testemunhos, muitos deles podem ser encontrados no próprio site do TPIY. Alguns pequenos trechos são disponibilizados em vídeo e o acesso à versão integral pode ser feito por meio de download. Lendo o testemunho dos sobreviventes é interessante notar que como narrativa de um trauma, a testemunha muitas vezes não se lembra de muitos detalhes que para ela, no momento em que a sobrevivência era mais importante do que quantos soldados exatamente estavam no local, não eram muito importantes. Mas, ainda assim, existe toda uma demanda por precisão por parte dos promotores. É como se, para ser Verdade, precisa fazer sentido, precisa estar dentro

de uma narrativa que considere uma linha do tempo cronológica, bem encadeada em termos espaços-temporais. E nesse processo, a própria narrativa daquele que está testemunhando é reconstruída.

O que é interessante notar nestes mecanismos de justiça, cenários para testemunhos, é que o próprio julgamento funciona como um rito, onde práticas de memória são articuladas. Ao serem apresentados os testemunhos, a própria testemunha é disciplinarizada. Ao se realizar o julgamento, os envolvidos se apresentam, narram suas experiências e espera-se que continuem suas vidas. A partir deste momento, os testemunhos deixariam seu trauma em um lugar, no julgamento ou nos memoriais.

Promover a justiça e a reconciliação na região da ex- Iugoslávia, na Argentina ou em Ruanda significa criar uma estabilidade na qual seja possível se manter os novos estados. A violência necessária para se construir e manter o Estado Moderno pode ser esquecida, da mesma forma que deve ser esquecido o custo deste mesmo Estado Moderno aos indivíduos que o pertencem.

Quanto a uma iniciativa para a implementação de uma Comissão de Verdade, esta veio do presidente da República Federal da Iugoslávia, Vojislav Kostunica, em 2001. Na época, a República Federal da Iugoslávia era formada pelas repúblicas da Sérvia e Montenegro. Embora a ideia de uma Comissão de Verdade tenha sido recebida com entusiasmo, não houve apoio significativo por parte da sociedade civil, talvez pela percepção de que não haveria independência na condução das investigações (Hayner, 2011 p. 252).

A comissão iniciou suas atividades em fevereiro de 2002 com um mandato de três anos para fazer as investigações e entregar um relatório e se propôs a trabalhar em consonância com o Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia. No entanto, pelo que se sabe, nenhuma investigação foi iniciada como também não foi ouvida nenhuma testemunha. A percepção geral foi a de que não havia vontade política para que uma Comissão deste tipo fosse realmente instaurada (Hayner, 2011 p. 252).

Por fim, a República Federal da Iugoslávia foi transformada em Sérvia e Montenegro em 2003 e a Comissão foi formalmente anulada. O novo governo nunca se prontificou a criar uma nova comissão (Hayner, 2011 p. 253).

#### **4.3.3.2 Ruanda**

O Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) começou seus trabalhos em 1995 em Arusha, na Tanzânia. Após 8 anos de trabalho, apenas dez pessoas foram condenadas e cinquenta e seis líderes do antigo regime foram presos, o que gerou grande decepção tanto na comunidade internacional quanto dos Ruandeses (Zorbas, 2003 p.34).

Toda essa descrença a despeito do enorme recurso investido para a implementação e atuação do TPIR pode ser vista também como resultado do enfraquecimento deste diante da “má vontade” do governo atual de Ruanda, frente ao objetivo de investigar todos os crimes praticados entre Janeiro e Dezembro de 1994, inclusive aqueles perpetrados pela própria RPF, hoje governo de Ruanda. A descrença internacional chegou a nomear o Tribunal de TPNH - Tribunal Penal Internacional para os Hutus (Zorbas, 2003 p.34).

Após o genocídio, apenas 10 advogados permaneceram vivos em todo o país. Trabalhando muitas vezes de graça e sem nenhuma estrutura, muitos erros foram cometidos. Na tentativa de estruturar um novo corpo judiciário, o Parlamento criou em 1996 uma lei para a Organização de julgamentos dos crimes de genocídio ou contra os Direitos Humanos perpetrados entre 1 de Outubro de 1990 e 31 de Dezembro de 1994 (Zorbas, 2003 p.35).

É interessante notar aqui a tentativa de se fazer mais com menos. Significa que, além de ter como objetivo um escopo muito maior em relação ao tempo do que o próprio TPI, com um orçamento infinitamente menor, essa ampliação do escopo para investigação, implica em se atribuir diferentes causalidades aos acontecimentos de abril de 1994.

Como resultado dos processos em nível nacional, 22 pessoas foram condenadas à morte. A maior parte delas era de ex-oficiais que compunham o governo anterior ao genocídio. Essas vinte e duas pessoas foram executadas publicamente a despeito das muitas críticas de que em vez de colocar fim ao sentimento de vingança, a execução era ela mesma a vingança.

No entanto, estima-se que para se julgar todas as pessoas hoje detidas em Ruanda seria necessário mais de 100 anos. Logo foi decidido retomar uma tradição antiga dos Ruandeses, a Gacaca, e assim agilizar os processos de julgamento. Todos esses mecanismos tiveram como consequência, um esvaziamento da importância atribuída ao TPIR. Além de oposição ao TPIR, a Gacaca faz parte do projeto da Unidade Nacional Ruandesa de reconstrução do país, onde silêncios são impostos e novas narrativas são construídas.

Em 1991 foi aprovada a lei que instituía a Gacaca, que tem o objetivo de trazer reconciliação e cura por meio de uma plataforma que permita que tanto vítimas quanto perpetradores sejam ouvidas. Como estímulo, se alguém confessar um crime cometido antes de ser acusada, a pena atribuída é reduzida enormemente, o que levou a alguma insatisfação por parte das vítimas. No entanto, as confissões só são aceitas se três fatores estiverem atendidos. Em primeiro lugar, devem ser narradas todas as circunstâncias que envolveram o crime, em segundo, deve haver um pedido de desculpa e, em terceiro, deve haver a incriminação de uma segunda pessoa que ajudou no crime.

Devido a maneira pela qual esses julgamentos e condenações são conduzidos com o apoio do legislativo, fica claro que o que está em andamento em Ruanda atualmente é a criação de identidades baseadas na memória do conflito. Embora seja recorrente a ideia de que pelo menos metade da população Hutu tenha tomado parte nos assassinatos de abril de 1994, o que coloca os Hutus na categoria de perpetradores, uma pesquisa recente de Scott Strauss mostra que apenas sete ou oito por cento da população adulta Hutu tomou parte realmente nos ataques (Lemarchand, 2006 p.24).

Em 2006, em um relatório do Senado Ruandês, foi especificado pelo artigo 08/96 que “vítima (do genocídio) é cada uma das pessoas mortas entre 01/10/1990 a 21/12/1994 por ser Tutsi, por parecer como Tutsi, ou ter relações próximas com Tutsis, que tivesse pensamento político ou estivesse relacionado com o pensamento político oposto àqueles que faziam parte de uma ideologia política baseada em divisão antes de 1994.” (Lemarchand, 2006 p.24). Todo Hutu é culpado, uma vez que

faz parte de uma comunidade étnica também culpada, assim como todo Tutsi é vítima, uma vez que sua comunidade étnica foi vítima do genocídio.

No entanto, o governo está em contradição com outras de suas próprias leis criadas com o objetivo de evitar novas divisões baseadas em etnia. O Artigo 13 da constituição Ruandesa, por exemplo, condena todas as formas de divisionismo, revisionismo, negação ou trivialização do genocídio de 1994 (Lemarchand, 2006 p.25). Além de o governo infringir sua própria constituição, essas medidas tornam difícil qualquer discussão ou tentativa de que outras narrativas possam competir para o status de História, senão aquela imprimida pelo próprio Estado.

Nesta seção foram apresentados os usos da memória voltados para a reconstrução, tanto dos novos estados que antes faziam parte da Iugoslávia quanto de Ruanda. No entanto, é possível observar que mesmo que essas práticas estejam voltadas para a construção da estabilidade, violências simbólicas são cometidas em nome do fim de práticas como o genocídio. Por violência simbólica pode-se considerar as ações de homogeneização das narrativas por meio da educação. No exemplo da Bósnia foi visto que não é possível atender a todas as etnias de forma a se tentar incorporar as diversas narrativas do conflito. Em Ruanda, a proibição do ensino de História nas escolas e a completa centralização deste campo do saber pelo Estado apontam claramente para a imposição de apenas uma narrativa sobre não só o genocídio, mas sobre os diversos processos e fatores que culminaram na morte de 800 mil tutsis em 8 meses.

A construção de museus, como no exemplo de Ruanda e a reconstrução de monumentos como no caso da região da Ex-Iugoslávia não são, ainda, o resultado das disputas pelas narrativas que sobreviveram ao longo do tempo. É interessante observar em tempo real como esses processos ocorrem e todas as tensões que geram.

Mesmo as práticas mais modernas que alardeiam a busca por justiça não estão livres de tensões causadas por relações de poder que em geral foram completamente invertidas pelos novos regimes. O acerto de contas com o passado pode ser mais doloroso e pouco eficiente, quando se depara com a certeza de que a verdade de um não é a mesma verdade para todos.

#### 4.4 Conclusão

Neste capítulo foram apresentados os exemplos da Ex-Iugoslávia e Ruanda, dois conflitos muito recentes, para ilustrar como as práticas de memória podem atuar tanto na deflagração de um conflito, quanto na tentativa de se criar uma estabilidade para os novos Estados. O que estes dois conflitos de base étnica apresentam em comum é a fluidez com que as narrativas que contam o passado dessas comunidades políticas foram tratadas.

Os dois exemplos trazidos neste capítulo com mais detalhes são ricos por apresentarem como a utilização de referências no nível simbólico, foi capaz de trazer novos elementos que acentuassem tensões políticas. Se a princípio poderia parecer mais fácil utilizar estes recursos em comunidades organizadas mais fortemente em torno da oralidade, como Ruanda, torna-se simplório esse tipo de explicação ao se deparar com todas as mudanças nos símbolos de monumentos, que parecem mais concretos, na Iugoslávia de antes do conflito.

Nesse sentido, é possível afirmar que não só o imaginário é fluído. A importância ocidental dada ao que está escrito, documentado e monumentalizado fica pálida diante das mudanças da reescrita pela qual passaram a História da Iugoslávia. Mitos recontados por mais de séculos podem a todo o tempo ser reinventados.

A conclusão não muito otimista é que na reconstrução e consolidação desses novos Estados são usados os mesmos mecanismos de homogeneização. Embora com finalidades, à princípio, diferentes, a sedimentação das novas narrativas não se dá por processos menos violentos daqueles que levaram ao conflito.

Uma diferença na reconstrução talvez possa ser observada pela forma como cada um dos líderes vêm lidando com esses processos. Nos países que tem um passado comum, como Iugoslávia, cada construção parece ainda passível de disputa. Fica claro n os exemplos trazidos, como cada uma das ações e construções são debatidos e podem ser derrubadas com a mesma facilidade com que foram construídas. Já no caso de Ruanda, uma enorme centralização parece ter sequestrado a memória. Leis, centros de educação de História, museus... Tudo parece estranhamente uníssono.

O passado, por mais que vivido, testemunhado e experimentado na sua forma mais extrema, não pode ser considerado uma experiência comum, igual e compartilhada em todas as suas nuances por aqueles que muitas vezes dividiram os mesmos dramas. O desafio está em se poder imaginar um Estado Nacional que possa ser inteiro sem ser homogêneo.